

JOVENS ESTUDANTES DO IEG: MEMÓRIAS DE EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS DE MULHERES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO PERÍODO DE 1964 A 1968

FABÍOLA PERES DA CRUZ

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), Goiânia, Goiás, Brasil

CLÁUDIA VALENTE CAVALCANTE

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), Goiânia, Goiás, Brasil

RESUMO: Este artigo deriva de uma pesquisa interinstitucional denominada Centro Memória Viva e tem como objetivo reconstruir a memória de cinco estudantes mulheres, via método da História Oral, por meio de entrevista aprofundada, participantes do Movimento Estudantil no Instituto de Educação de Goiás (IEG), em Goiânia, durante o período de 1964 a 1968. As reflexões realizadas se inserem tendo em vista a existência da relação entre memórias no processo de reconstrução da lembrança e as experiências formativas de mulheres no movimento estudantil. Entre os principais resultados, destacam-se a mobilização política e cultural das jovens estudantes que possibilitou o exercício do direito à organização e manifestação política, o desenvolvimento de uma postura crítica ao regime da época, a atuação cidadã na esfera pública na defesa dos interesses coletivos bem como a ressignificação da militância estudantil por meio da produção cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Estudantes Mulheres; Movimento Estudantil; IEG, 1964-1968.

INTRODUÇÃO

Este artigo, fruto de uma pesquisa interinstitucional denominada Centro Memória Viva¹, tem como objetivo reconstruir a memória de um grupo de estudantes mulheres que participaram no Movimento Estudantil no Instituto de Educação de Goiás, em Goiânia, durante o período de 1964 a 1968, com o intuito de compreender como essa experiência foi importante para a formação de lideranças femininas no estado de Goiás.

Os anos 1960 no Brasil foram marcados por movimentos políticos que culminaram no golpe de 1964 e na subsequente ditadura militar, que perdurou até 1985. Foi um período sombrio de perseguições, torturas, mortes e censura. Apesar das adversidades, movimentos de resistência e oposição se pronunciaram contra o regime ditatorial e, dentre eles, o Movimento Estudantil, objeto deste estudo, que teve um papel de destaque, pois os jovens da época, enquanto estudantes, ocuparam as ruas não apenas no Brasil, mas em diversas nações (Machado, 2006).

O Movimento Estudantil emergiu como uma resistência significativa no cenário nacional, assumindo uma posição como uma força política organizada, dedicada a discutir questões de interesse nacional e influenciar os rumos do país. Os estudantes se organizaram em vários grupos, especialmente nas grandes cidades, e estabeleceram

estruturas estaduais e nacionais robustas. Como observa Neto (1988, p. 85), “um sério trabalho de organização e uma forte consciência política levaram os estudantes a se organizarem em muitos grupos, principalmente nas capitais, a formarem órgãos estaduais e a criarem uma sólida organização nacional”.

Esse período foi marcado por protestos e mobilizações políticas, especialmente em 1968, não apenas no Brasil, mas também em outros países como França e Alemanha. No Brasil, o Movimento Estudantil desenvolveu uma estratégia de luta própria, não alinhada com as manifestações em outros países. Conforme Duarte (2012):

As décadas de 1960 e 1970 se caracterizam pela radicalização dos jovens na ação política em contraposição ao modelo vigente naquela época, ou seja, contra a ditadura civil e militar impetrada no Brasil a partir de 1964. O movimento estudantil se constituiu em uma importante organização que agregou parte dos jovens brasileiros no processo de resistência à ditadura militar, produzindo assim, um importante movimento de contracultura, aliado a outros da época, tais como: movimento tropicalista, movimentos camponeses e feministas (p. 42).

Esses agentes sociais eram rotulados pelas instituições oficiais da época como subversivos, rebeldes, baderneiros, delinquentes e agitadores, como menciona o autor. Os protestos tiveram repercussões em todo o Brasil e também nas escolas, refletindo o desejo dos jovens estudantes por melhorias sociais e econômicas para a população.

No entanto, apesar da expressividade desse período, Duarte (2012) explica que as manifestações dos estudantes no Brasil não se limitaram a ele, uma vez que, com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 11 de agosto de 1937, foi estabelecida a organização mais sistemática do movimento estudantil brasileiro.

Ressalta-se que o movimento estudantil brasileiro é uma expressão significativa de ação política e social da juventude que se reconfigura e se ressignifica frente às demandas em contextos sócio-históricos específicos. Para além do recorte adotado nesse artigo, de 1964-1968, em que o movimento estudantil se destacou como resistência à ditadura militar de luta e pela redemocratização do país, novas lutas exigiram novas reorganizações da juventude.

Nas décadas de 1980 e 1990, tanto a União Nacional dos Estudantes (UNE) quanto as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs) foram protagonistas em diversas mobilizações contra cortes orçamentários e reformas educacionais. Mais especificamente na década de 1990, para Santos (2020), a análise desse período deve considerar a ação dos jovens e da mídia nas mudanças e transformações que, por um lado, firmavam-se as políticas neoliberais de redefinição da função do Estado e, por outro, havia-se lutas sociais em defesa e de ampliação de vagas em escolas básicas e em universidades públicas de qualidade.

Mais recentemente os movimentos juvenis, entre 2015 e 2016, conhecidos pelas ocupações estudantis em escolas e universidades, marcaram a atuação juvenil em várias partes do Brasil, sendo o estado de Goiás um dos palcos dessa ocupação. A bandeira das ocupações pautou-se na oposição às propostas de reorganização do ensino e à inserção

das organizações sociais na gestão das escolas públicas, entre outras medidas neoliberais de precarização das escolas públicas (Cunha, 2019).

Esse movimento foi caracterizado pela mobilização por meio das redes sociais e, segundo Groppo (2018), houve duas ondas de ocupações estudantis. A primeira, a nível estadual, de dezembro de 2015 a junho de 2016, se opôs às políticas educacionais em vários estados brasileiros, e protagonizadas, principalmente, por estudantes do Ensino Médio. A segunda onda, em âmbito nacional, de outubro a dezembro de 2016, foi em oposição à Medida Provisória nº 746 de 2016 (MP 746), que propunha uma reforma drástica no ensino médio brasileiro e ao Projeto de Emenda Constitucional nº 55 (PEC 55), que congelava por 20 anos quaisquer tipos de investimentos em áreas sociais, como saúde e educação. O autor destaca que, nas ocupações, os jovens agregaram pautas específicas de lutas com denúncias de precarização da educação pública no Brasil, também.

Sobre a participação juvenil, Foracchi (1972) esclarece que o movimento estudantil representa uma especificidade do movimento juvenil. A juventude, nesse período, caracterizava-se como parte de uma representatividade social que vivia e agia em meio às tensões que atingiam o sistema político brasileiro.

Os jovens, enquanto estudantes, buscavam, por meio do movimento estudantil, expressar sua rejeição à condição imposta pela sociedade e provocar uma transformação que pudesse responder às contradições sociais que enfrentavam (Queiroz, 2001).

Em Goiás, instituições de ensino público e até mesmo privado foram locais propícios para a formação do movimento estudantil, com destaque para o Instituto de Educação de Goiás (IEG), que tinha como foco a formação de professoras primárias. O IEG atendia jovens estudantes de diferentes origens sociais, tanto de Goiânia quanto de outros municípios de Goiás. Por ser uma escola voltada para mulheres jovens, o IEG foi um ambiente que contribuiu para a formação de lideranças femininas para atuarem no Movimento Estudantil goiano.

É evidente que o Instituto de Educação de Goiás desempenhou um papel significativo na conjuntura da época, uma vez que a política, com um viés desenvolvimentista e de interesse do poder dominante, visava formar mão de obra para atender às necessidades do mercado. No entanto, as jovens que frequentavam a instituição contestavam esse tipo de educação propedêutica e técnica, buscando uma educação de qualidade e democrática que beneficiasse as classes menos privilegiadas.

A partir dos relatos das jovens mulheres que frequentaram o IEG durante esse período, buscou-se reconstruir a memória viva e escrita, retratando o momento histórico vivenciado pela geração de jovens dos anos 1960 em Goiânia. Por meio da história oral e, com base nas considerações de Alberti (2004) no que se trata ao quantitativo de participantes na pesquisa qualitativa, decidiu-se pelo depoimento de cinco mulheres estudantes do Instituto de Educação de Goiás que participaram do movimento estudantil no período de 1964 a 1968.

De acordo com a natureza da investigação, a pesquisa foi baseada na premissa de que a história vivida está fundamentada na memória, a qual, segundo Halbwachs, “é tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, enquanto os livros e as narrativas em geral nos oferecem apenas uma visão muito esquemática e incompleta”

(Halbwachs, 2003, p. 79). O autor distingue a memória coletiva da história em dois aspectos:

Ela é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, não ultrapassa os limites desse grupo. Quando o período deixa de interessar o período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte do seu passado: na realidade, há dois grupos que se sucedem. A história divide a sequência dos séculos em períodos, como distribuimos a matéria de uma tragédia em muitos atos. Mas, ao passo que em uma peça, de um ato a outro, acontece a mesma ação e com os mesmos personagens, que permanecem até o desenlace segundo suas individualidades, cujos sentimentos e paixões progridem num movimento interrupto, na história se tem a impressão de que tudo se renova de um período a outro – interesses em jogo, direção dos espíritos, modos de apreciação dos homens e dos acontecimentos, as tradições também, as perspectivas do futuro – e que se os mesmos grupos reaparecem, é porque subsistem as divisões exteriores, que resultam dos lugares, dos nomes e também da natureza geral das sociedades (Halbwachs, 2003, p. 102).

Segundo o autor, a história é um quadro de mudanças, visto que as sociedades estão em constante transformação. Em oposição, a memória coletiva é como uma visão interna do grupo, funcionando como um painel de semelhanças que permite a resolução dos eventos ocorridos no grupo em termos de semelhanças. Esse painel ajuda a desenvolver, sob vários aspectos, um conteúdo uniforme que reflete os traços essenciais do próprio grupo. É dentro dessa perspectiva que as reflexões apresentadas se inserem, ao examinar a relação entre memórias no processo de reconstrução das lembranças das experiências formativas de jovens mulheres estudantes do IEG no Movimento Estudantil, no período de 1964 a 1968.

Entende-se que é por meio de um passado vivido e das representações desse passado que o grupo constrói suas próprias referências; portanto, buscou-se, por meio dessa vivência passada, atribuir significado à reconstrução da memória dessas jovens mulheres. Esse passado demonstra como o grupo reproduz essa marca cultural; e a memória apoia-se nesse passado vivido, que permite a construção de uma narrativa sobre o passado das entrevistadas.

Assim, este artigo está estruturado em dois eixos de discussão: o primeiro aborda aspectos do processo político, econômico e educacional de Goiás durante o período em questão, incluindo o papel do Instituto de Educação de Goiás como espaço educacional de formação para o magistério; o segundo eixo analisa a experiência e memória da participação das jovens mulheres no Movimento Estudantil entre 1964 e 1968 em Goiás, destacando a contribuição de suas vivências nesse movimento para sua inserção no cenário público.

JOVENS E O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM GOIÂNIA

Partindo do pressuposto de que o período da ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1968 em Goiânia, foi caracterizado por um clima de medo e perseguição, ocorreram intervenções que geraram situações antidemocráticas, como demissões, prisões sem justificativas quaisquer, afetando estudantes, intelectuais e professores, como explica Gonçalves (2009).

O autor relata que a violência contra os estudantes foi uma constante durante a ditadura militar. Esse cenário resultou na prisão de mais de 800 estudantes em 1968, durante o último congresso da União Nacional de Estudantes, realizado em Ibiúna, no estado de São Paulo (SP). “As prisões geraram manifestações estudantis em todos os recantos do País. E em Goiás não foi diferente” (Gonçalves, 2009, p. 26). Muitos estudantes goianos foram mantidos em cárcere mediante torturas, espancamentos, incomunicáveis e, muitas vezes, transferidos de uma prisão em Goiânia para outras em Juiz de Fora (Minas Gerais), Brasília ou até mesmo em locais desconhecidos, sendo estes considerados desaparecidos, relata o autor.

As manifestações juvenis e, conseqüentemente, as prisões de diversos jovens, tinham como propósito a contestação da venda de grandes áreas aos americanos, contra o imperialismo, a esterilização das mulheres na Amazônia, as medidas de contenção salarial e, sobretudo, contra o acordo do Ministério da Educação (MEC) e da *United States Agency for International Development* (USAID) –para promoção da reforma do ensino brasileiro

Foram eles presos em “flagrante” e denunciados perante a IV Auditoria Militar em Juiz de Fora-MG, e despejados na custódia da Casa de Detenção de Goiânia, descrita como “uma das masmorras que deslustram a dignidade do povo goiano e constituem, pela imundície, pelo descaso e pelo abandono, terrível foco de infecção patogênica. Ali foram depositados como verdadeiros irracionais, proibindo-se até os banhos de sol, indispensável ao equilíbrio de saúde (Gonçalves, 2009, p. 29).

A solidariedade dos estudantes goianos em relação aos colegas de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara foi expressa por meio de uma grande manifestação contra graves arbitrariedades policiais do governo e da imposição de taxas escolares que não eram exigidas até então. “Foi instaurado, em função dessas manifestações, o famoso IPM (inquêritos, policiais militares) da Passeata de Goiânia” (Gonçalves, 2009, p. 31).

Presos os estudantes, no dia 25 de outubro de 1966, por ordem do encarregado do IPM, não se lhes apresentou nota de culpa, decreto de prisão preventiva – nem estavam em flagrante delito – ficaram incomunicáveis em um Batalhão em Goiânia. Não se lhes permitia contato pessoal com seu advogado e familiares. Não se nomeou curador ao menor (Gonçalves, 2009, p. 32).

As bandeiras de luta que mobilizavam os jovens de Goiânia pautavam-se na defesa da vida, do amor, da liberdade de expressão política e por uma sociedade democrática em contraposição à imposta pelos militares (Dela Côte, 2012). “Era a defesa

das causas mais legítimas. Era a luta contra a morte dos sonhos e de tantos brasileiros pobres e miseráveis que nunca tiveram chances de uma vida digna” (p. 04). O autor destaca que os estudantes, intelectuais, parte da classe média não aceitavam a situação, manifestando nas ruas, especialmente, as mulheres, que tiveram participação ativa na luta por mudanças na sociedade contra costumes autoritários da época.

A liberdade do corpo, com o uso do anticoncepcional, foi uma conquista que as ajudou a se libertarem do risco de gravidez indesejada, possibilitando que elas tivessem uma vida sexual livre. Além disso, nos espaços públicos, houve a presença e a participação significativa das mulheres, a partir de 1964, nos movimentos estudantis em que exerciam posição de liderança em grêmios escolares e nos combates de ruas que se travavam contra a repressão policial.

Dela Corte (2012) considera que o movimento estudantil neste período emergiu como um importante vetor social, conferindo dignidade ao país. As estudantes, conscientes de seus compromissos, lutaram com coragem e determinação contra as forças opressoras. Na condição de mulheres, sofreram violência adicional pelo fato de serem mulheres e por serem consideradas subversivas e comunistas.

As jovens mulheres goianas participaram, corajosamente, da luta pelos direitos políticos e pela redemocratização do Brasil. Dentre essas, o autor destaca os nomes de Eliane Canedo Guimarães e Olga Darc (jovens estudantes do Instituto de Educação de Goiás que tiveram suas vidas ligadas às lutas naquela época e sofreram, na pele, as consequências da repressão policial). Ainda, Goiás foi o único estado do Brasil a registrar resistência armada dos estudantes contra as intervenções da ditadura militar no executivo, o que, no entanto, não impediu que as medidas pós-golpe afetassem a organização política do movimento (Nascimento, 2002).

Na década de 1960, Goiânia vivenciou uma série de acontecimentos socioculturais complexos, nos quais os jovens da época desempenharam um papel significativo, período esse caracterizado por lutas e reivindicações a nível nacional por melhorias no sistema de ensino. Na cidade, foram fundadas duas universidades: em 1959, a Universidade Católica de Goiás (UCG), e em 1960, a Universidade Federal de Goiás (UFG), que, segundo a autora, representou a luta dos estudantes por um ensino público e gratuito (Branco, 2008).

A criação das duas universidades em Goiânia deu-se em razão da capacidade das lutas que se desenvolviam no país entre, por um lado, os defensores do ensino público e gratuito e, por outro, os do ensino confessional e ensino particular. Ele explica também que “a extensão da publicidade e gratuidade da educação era uma das bandeiras da ideologia nacionalista” (Nascimento, 2002, p.42).

Essas duas universidades protagonizaram manifestações culturais de incentivo a Festivais, produções científicas, peças teatrais e cinema, dentre outros.

A UFG promoveu, em maio de 1963, o “I Festival Internacional de Cinema” do Estado de Goiás, trazendo para a capital as melhores produções cinematográficas de vários países. Esse fato se constitui em um fato inédito e pioneiro, pois era a primeira vez que um festival desse porte era trazido ao Estado, com acesso para toda sociedade goianiense e demais visitantes. Além desse Festival, e

demais tantos outros promovidos e incentivados pela UFG, na pessoa do reitor, à época, Colemar Natal e Silva, a UFG também promovia concursos de poesia e patrocinava exposição de telas (Branco, 2008, p. 83).

Como estratégia de difusão da cultura e engajamento político na luta contra o *subdesenvolvimento*, a UFG promoveu, como parte do seu programa, conferências em várias cidades do Estado de Goiás com a intenção de vincular “o ensino ao povo através da extensão cultural e despertar o interesse dos secundaristas para os problemas sociais brasileiros” (Branco, 2008, p.84). Para o autor, havia-se uma preocupação entre os jovens goianienses com os valores sociais, culturais e políticos da época.

A criação da UFG foi o fato mais importante para o movimento estudantil da época, pois, segundo Nascimento (2002), representou “a luta dos estudantes goianos pelo ensino público e gratuito” (p. 42). O movimento estudantil goiano reagiu à investida da Igreja Católica em contrário, por meio de manifestação pública dos alunos das faculdades leigas que já existiam na cidade de Goiânia, “em articulação com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Goiana dos Estudantes Secundaristas (UGES)” (Nascimento, 2002, p. 45).

É no período de 1960 que entra em cena a história do movimento estudantil goiano e, a partir de relatos do Professor Pedro Wilson Guimarães², a referida autora comenta que

foi um período de conscientização de uma juventude através da análise da realidade brasileira, de realização de festivais de música e teatro amador, projetavam-se filmes, em cine clubes, com filmes de apelo ao social e ao político, buscava-se a participação de delegações em congressos e festivais de juventude, entre outras questões que colocavam o Estado de Goiás sintonizado com algumas questões em nível nacional, com algumas especificidades nas esferas política e cultural (Branco, 2008, p. 84).

As lutas e protestos empreendidos no movimento estudantil de secundaristas e universitários passam a fazer parte da história pois tinham como princípios a defesa pela escola pública, a gratuidade universal, além de apoiarem a reforma do ensino superior em favor da democratização e melhoria da qualidade. A mobilização estudantil teve repercussões em todo o Brasil, sobretudo, nos espaços escolares, potencializando a rebeldia nos jovens estudantes e expectativas de melhorias sociais e econômicas para a população.

A partir dos relatos do professor Pedro Wilson Guimarães, Nascimento (2002) constatou que a atuação do Movimento Estudantil em Goiás estava em consonância com a atuação da UNE desenvolvida em nível nacional e à conjuntura histórica que o Brasil atravessava. O movimento buscava uma conscientização e mobilização muito grande de vários setores sociais, na defesa de um projeto nacionalista para o Brasil. Isso ficou comprovado no seguinte depoimento do professor Pedro Wilson:

Havia uma crescente politização do estudantado que significava participação direta e indireta das lideranças na vida política regional e nacional. A principal luta era por uma educação pública e de

qualidade. Havia toda uma luta pela reforma universitária e secundarista e por uma LDB voltada para os interesses nacionais. A reforma educacional era uma das chamadas reformas de base constante no ideário nacionalista e progressista da época. Além, como medidas de modernização do Brasil e um desenvolvimento para o povo. Crescia muito a migração rural-urbana, as grandes cidades com seus problemas, como favelas e marginalização social. Outras bandeiras da época eram a favor das riquezas nacionais (petróleo, minérios, energia, Amazônia, produção para o mercado interno). Havia também uma forte gritaria contra as multinacionais/imperialismo americano do Norte. Havia ainda as bandeiras a favor da cultura popular, alfabetização Paulo Freire, movimento de alfabetização da igreja (MEB) e de prefeituras populares como Recife e João Pessoa. Havia toda uma efervescência política (Nascimento, 2002, p. 48).

Na medida em que o movimento estudantil goiano vivia o auge político do movimento estudantil nacional, essa efervescência, no período posterior a 1964, ganha destaque.

O jovem que se debruçava sobre a vida política do país nesse período, na concepção de Nascimento (2002) era um produto histórico de seu tempo: “a crescente industrialização, o nacionalismo estatal em resposta às configurações da economia mundial e o surgimento de setores organizados que se formaram politicamente no decorrer desse processo de industrialização” (p. 51).

Para o autor, o jovem que se rebela contra o sistema é o mesmo que inicia o processo de conscientização das contradições desse sistema, favorecido pela conjuntura em uma perspectiva macroestrutural e pelos outros setores organizados da sociedade que passaram a “atuar no movimento estudantil, agindo nesse processo de conscientização” (Nascimento, 2002, p. 51).

Durante o período da ditadura em Goiânia, tanto os jornais quanto as rádios estavam sob vigilância e monitoramento. Os meios de comunicação, além de serem censurados de forma aberta, passaram por um processo de autocensura. A autora explica que, nesse contexto, “os jovens não deixavam de fazer arte, pois acreditavam na transformação social através da cultura e propuseram uma arte engajada, que contribuiu com a resistência perante o regime militar, uma arte engajada e contestatória” (Branco, 2008, p. 88).

Com intuito de responder à condição de repressão e violência provocadas pelo regime, as jovens buscavam alternativas para vivenciar a sua própria juventude, demonstrando, desse modo, o seu próprio estilo de vida.

Ao exemplo de outros estados do país, em Goiás e, especialmente, em Goiânia, os jovens das escolas como o Lyceu, Pedro Gomes e o Instituto de Educação participaram ativamente dessas mobilizações. Essas instituições eram vistas como pontos de encontro e diálogo entre os estudantes. Contudo, segundo Branco (2008), o principal local de atividade na época era o Diretório Central dos Estudantes (DCE), localizado no centro de Goiânia, que funcionava como clube e bastante frequentado pelos jovens.

CRUZ, F. P. da; CAVALCANTE, C. V.

Durante esse período, a Igreja Católica manteve apoio aos estudantes e o arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos, colocava-se em defesa dos jovens e contra a ditadura, chegando a permitir reuniões dentro da Catedral.

Mas, não apenas a Catedral Metropolitana foi um dos palcos de manifestações e refúgios dos estudantes, [...] o Lyceu de Goiânia, entre outros colégios da capital, era um dos espaços de contestação, manifestação e reuniões de jovens descontentes com a situação em que se encontravam. Com isso, o Colégio foi “marcado” como ponto de manifestação e, conseqüentemente, havia inquéritos constantes para tentar reconhecer e identificar possíveis revoltosos, em um tempo em que a polícia os prendia pelo simples fato de serem estudantes (Branco, 2008, p. 92).

O Lyceu, o Pedro Gomes, o Instituto de Educação, o Rui Barbosa e a Escola Técnica foram lugares em que surgiram grandes lideranças, tal como Olga Pimentel, que participava do grêmio do Instituto de Educação de Goiás. Por meio da memória dos acontecimentos, compreende-se a importância da formação juvenil no movimento estudantil para a formação política pois ajudou a conscientizar os jovens sobre a realidade que estavam vivendo. Essas memórias serão recuperadas na seção posterior.

EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS DAS JOVENS ESTUDANTES NO IEG PARA FORMAÇÃO HUMANA E POLÍTICA: CONTRIBUIÇÕES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Pensar em processos formativos mais amplos pressupõe-se pensar a educação na sua multidimensionalidade e esta “não se restringe mais aos processos de ensino-aprendizagem no interior de unidades escolares formais, transpondo os muros da escola para os espaços da casa, do trabalho, do lazer, do associativismo etc” (Gohn, 2011, p. 17). A educação não formal, entendida como processos educativos realizados em espaços não escolares, abarca as iniciativas organizadas pela sociedade civil em torno de ações coletivas nas quais englobam os movimentos sociais, organizações não governamentais e entidades sem fins lucrativos que atuam na esfera social. Ademais, a autora explica que, também, abrange processos educacionais resultantes da colaboração entre as escolas e a comunidade educativa, através de conselhos e colegiados.

Na perspectiva da Gohn (2011), a educação não formal, no contexto dos movimentos sociais, está relacionada ao caráter educativo desses movimentos, uma vez que ambos compartilham essa característica e participam da construção de quatro grandes processos, sociopolíticos e culturais: a construção da cidadania; a organização política; a cultura política; e, a configuração do cenário sociopolítico e econômico. Assim, por meio da educação não formal, é possível atuar “na percepção dos indivíduos, via complexos processos de subjetivação, contribuindo para a construção de novos imaginários e de uma nova cultura política” (Gohn, 2010, p. 77).

Os próprios movimentos sociais constituem ações de natureza pedagógica, pois para Cruz (2004, p. 180),

Sua própria ação pedagógica constrói-se de várias formas, em vários planos e dimensões que se articulam e não determinam

nenhum grau de prioridade. O desenvolvimento de formas e conteúdos, cuja validade é estabelecida pela experiência, é o que configura o processo de aprendizagem, tanto nas práticas políticas como nas cotidianas de sobrevivência, em que se produz não só a vida material, mas também as ideias e as representações que conformam as condições de existência social.

O autor entende que o caráter educativo dos movimentos sociais e a forma de aprendizagem que os movimentos sociais possibilitam aos “participantes das mobilizações, das organizações e dos movimentos em geral, como efeito pedagógico multiplicador que espalha ações coletivas por todo o país” (Cruz, 2004, p. 180). Para Mascarenhas (2004), em diálogo com Melucci (1989), os movimentos sociais são compreendidos como “escolas da vida” uma vez que os indivíduos e grupos aprendem a situar-se no mundo e a posicionar-se diante dele.

A sua prática cotidiana leva ao acúmulo de experiência e à reflexão sobre eles próprios. É gerado um processo de conscientização na participação em um movimento social. Aprende-se a ser pessoa, grupo, cidadão. A luta e a construção de uma identidade coletiva caracterizam os movimentos sociais que se constituem como educativos (Mascarenhas, 2004, p. 20-21).

A identidade coletiva pode ser construída e negociada por uma motivação social que conectam um grupo, possibilitando um processo de aprendizagem no sistema de relações e representações que compõem as ações coletivas dos movimentos. Portanto, “há uma autorreflexão sobre o significado das ações que é incorporada à práxis do grupo. Este processo é histórico e tem um caráter público, pois, os atores coletivos têm sempre uma identidade pública” (Mascarenhas, 2004, p. 20).

Os movimentos sociais abrigam diversidade e complexidade e representam situações que permitem aos grupos sociais se manifestarem, construir práticas sociais e visões de mundo. Na concepção de Mascarenhas (2004), a educação que se constitui nos movimentos sociais possibilita o amadurecimento, a criação e a reinvenção da vida cotidiana. Extrapola os espaços institucionalizados e que nenhuma outra instituição é capaz de proporcionar esse tipo de aprendizado.

Nos movimentos sociais as pessoas e grupos aprendem a se organizar, a reconhecer e serem reconhecidos e a se posicionarem diante da realidade social. “Vivenciam um processo educativo importante, incluindo lições de educação política” (Mascarenhas, 2011, p. 22). Desse modo, pessoas e grupos compartilham um contexto educacional com base nas experiências vividas em conjunto, na luta por interesses comuns e nas ações que realizam. Para Hanna Arendt (*apud* Mascarenhas, 2004), a ação

É fonte do significado da vida humana, a capacidade de começar algo novo, que permite ao indivíduo revelar a sua identidade. Só a ação é prerrogativa exclusiva do homem; nenhum animal é capaz de ação. Essa, por sua vez, depende inteiramente da constante presença de outros. Ela é exercida entre os homens e corresponde à

CRUZ, F. P. da; CAVALCANTE, C. V.

condição humana de pluralidade. Os movimentos sociais significam ações coletivas realizadas e essas ações têm um caráter educativo (Mascarenhas, 2004, p. 22-23).

Aqueles que participam em movimentos sociais fundamentam suas reivindicações em interesses coletivos de várias naturezas, e a educação desempenha um papel central na formação coletiva para a cidadania, pois isso “ocorre porque a educação se constrói no processo de luta, que é, em si, um movimento educativo” (Mascarenhas, 2004, p. 23). É um aprendizado não somente individual mas de uma “conscientização coletiva” de politização de suas participantes. A autora enfatiza que

O processo educacional que ocorre no seio dos movimentos sociais é amplo e pode contribuir para a formação de sujeitos mais conscientes e politizados, mais completos. Lembrando-nos aqui do objetivo que Marx aponta para a educação que é o da formação do homem *onilateral*, completo, que desenvolve todos os aspectos de sua potencialidade humana, do homem inteiro, humanizado (Mascarenhas, 2004, p. 25).

É nessa perspectiva que o Movimento Estudantil e o Instituto de Educação de Goiás podem ser considerados como instâncias nas quais ocorrem práticas educativas de diferentes perspectivas; ambos se constituem em campo de formação com intencionalidades específicas. Como uma instância de formação política, os movimentos sociais proporcionaram às jovens a adotarem uma postura ativa na vida política na luta por melhorias que beneficiavam a coletividade social. Assim, permitiu que a prática educativa se desenvolvesse em diversos contextos, considerando a intencionalidade histórica do momento.

Sobre o papel formativo do IEG, as entrevistadas relatam que:

[...] a questão da ditadura militar no espaço escolar não estimulava o questionamento e discussão por parte dos alunos” (Entrevista concedida pela Entrevistada 1, em 25/05/2012).

O contexto social e político era minimamente abordado e discutido pelos professores” (Entrevista concedida pela Entrevistada 2, em 16/06/2012).

[...] pra mim o Instituto de Educação formava pra vida profissional, não formava pra vida política não; a formação pra vida política aconteceu à margem da orientação do Instituto de Educação (Entrevista concedida pela Entrevistada 4, em 20/06/2012).

Mas, no Instituto, segundo a entrevistada 3, *aconteciavam algumas reivindicações que:*

Não eram tantas assim, a gente tinha, mas muito poucas; que eram as questões de melhoria, das condições lá da sala de aula, salas de educação física, laboratório, um galpão enorme que tinha pra gente na hora do recreio, bar, a limpeza, mas eram coisas tão assim que... Eu nunca vi um movimento lá que fosse pra discutir a grade

curricular. E as assembleias eram feitas para discutir questões do movimento estudantil. [...] Tinha representação de classe, de turma e essa representação de turma que era o canal de comunicação entre os alunos de modo geral e o centro acadêmico. Existiam as eleições, as eleições eram bem concorridas, porque durante muito tempo lá no instituto o centro acadêmico fazia o social, então eram as mocinhas que trabalhavam as festas e etc. (Entrevista concedida pela Entrevistada 3, em 10/06/2012).

As memórias das jovens mulheres do movimento estudantil do Instituto revelam que tanto o IEG quanto o movimento estudantil foram importantes no processo de constituição de práticas educativas significativas na formação das jovens. Embora o IEG fosse, socialmente, uma instituição educacional voltada para a educação profissionalizante, as jovens se constituíram como grupo e muitas de suas preocupações tiveram como cenário esse espaço. A participação das jovens no movimento estudantil promoveu uma formação de resistência à condição social imposta pela ditadura militar.

Quanto à contribuição da participação no movimento estudantil para a escolha da profissão, as jovens participantes da pesquisa disseram o seguinte:

Eu fui fazer Ciências Sociais por causa da participação no movimento. [...] Foi porque eu já estava assim, bastante politizada, né? Então eu não queria um curso pra ganhar dinheiro subir na vida, mas eu queria um curso que... ampliasse essa politização minha, né? Só entrei pra universidade nesse período mais difícil, né? Repressão que foi em 69 [...] (Entrevista concedida pela Entrevistada 2, em 16/06/2012).

Sim, o movimento estudantil contribuiu para a ascensão profissional e política de muitos participantes. Haja vista a eleição de muitos políticos: deputados estaduais e federais, governadores e até presidente da república, egressos deste movimento. Creio que contribuiu também para formar profissionais das mais diversas áreas, ciosos de seus deveres e detentores da ética e responsabilidade social. Evidentemente há exceções, infelizmente (Entrevista concedida pela Entrevistada 1, em 25/05/2012).

As memórias das entrevistadas permitem identificar o caráter educativo do Movimento Estudantil. Segundo Cruz (2004), "o caráter educativo dos movimentos sociais os institui como inovação sociopolítica e como redes de produção e circulação do saber social" (p. 180).

O movimento estudantil contribuiu de forma significativa para a minha formação: desde a escolha do meu curso superior (Sociologia), até a construção da minha estrutura mental, dos meus valores, do meu estilo e prática de vida me dando a consciência da dimensão e responsabilidade social (Entrevista concedida pela Entrevistada 1, em 25/05/2012).

Em parte contribuiu sim, porque eu achava que esse era um caminho e porque na época também assistente social foi uma das categorias, os assistentes sociais foi uma das categorias que mais militou, eu não sei se pela proximidade com a igreja, a profissão na época não tinha essa característica que tem hoje, mas eu já entrei arrebrandando, porque eu já entrei questionando, então esse grupo você pode ver não foi só aqui, se você olhar Belo Horizonte, São Paulo, todos os lugares os assistentes sociais foram, assim, extremamente participativos. Acho que até hoje é uma categoria muito combativa, uma categoria muito participativa (Entrevista concedida pela Entrevistada 3, em 10/06/2012).

Eu, a Rosa e essas meninas iam fazer Ciências Sociais, mas porque Ciências Sociais? Um curso que dá muita cultura geral e um curso que orienta a gente pra mudar o mundo. Então eles montaram um cursinho de férias, foi um cursinho de 20 dias, o Bosco deu aulas, o Gileno e aí a gente começou a ler outros autores que a gente não lia no Instituto de Educação, quem que eu lembro, por exemplo: aquele da geografia da fome, Josué de Castro, aí começamos a ter um contato, no cursinho, com uma literatura mais crítica (Entrevista concedida pela Entrevistada 4, em 20/06/2012).

O que me direcionou para as ciências sociais foi essa militância e aí eu falei assim: ah eu vou fazer normal ou clássico, eu não queria ser professora, mas eu falei: ah, não, vou fazer normal assim mesmo é mesma coisa, e o pessoal: ah, não sai daqui. Aí você também está num lugar que você está participando, né? (Entrevista concedida pela Entrevistada 3, em 10/06/2012).

Os relatos indicam que, por meio da participação no movimento estudantil no período de 1964 a 1968, houve uma prática educativa muito significativa na formação, pois influenciou significativamente suas escolhas profissionais por meio da prática social. Nessa perspectiva, Gohn (2011) explica que

a produção de conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio de vivências de certas situações problema. As ações interativas entre os indivíduos são fundamentais para a aquisição de novos saberes, e essas ações ocorrem fundamentalmente no plano da comunicação verbal, oral, carregadas de todo o conjunto de representações e tradições culturais que as expressões contêm (Gohn, 2011, p. 111).

Em suma, a participação das jovens no Movimento Estudantil no período de 1964 a 1968 não se restringiu a um tempo da história, mas reverberou-se como fator constituinte de ser político e ser humano na formação de agentes protagonistas produtores de ações ativas que conferem sentido à sociedade, sendo que esta participação tornou-as agentes potenciais de mudança e de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da dinâmica do movimento estudantil e a participação das estudantes do IEG nele permitiram entender a importância da participação juvenil em um contexto dominado pela ditadura militar pós-golpe de 1964 e os desafios decorrentes disso.

A participação política das jovens no movimento estudantil do IEG, alinhada às lutas estudantis da década de 1960 e enraizada em uma memória coletiva, possibilitou a reconstrução de lembranças de eventos e manifestações vivenciadas em um período em que a atividade política fervilhava como base da dinâmica social.

O Movimento Estudantil com sua organização, ideais e demandas revelou-se necessário e significativo, pois a construção de experiências culturais e políticas durante os anos 1960, incluindo as lutas contra a ditadura militar, foi crucial para que as jovens estudantes emergissem como uma categoria capaz de representar os anseios da sociedade e se tornassem suas porta-vozes. As estudantes desempenharam um papel importante na mobilização e pressão política, elevando a visibilidade da juventude por meio de expressões e experiências tanto políticas quanto culturais.

A partir dos relatos das então jovens estudantes, foram feitas considerações sobre a contribuição do movimento estudantil no período de 1964 a 1968 para a formação das jovens mulheres e sua entrada no cenário público por meio de um movimento considerado um fenômeno da juventude.

Um aspecto fundamental desse período em Goiás foi o surgimento de ações coletivas que permitiram às jovens estudantes do IEG exercerem seu direito de organização, estruturação e manifestação pública, facilitando assim sua inserção no cenário público.

Além disso, a participação no movimento estudantil permitiu que as jovens experimentassem um complexo de relações sociais e ações, instituindo-se como sujeito coletivo e formando uma coletividade na qual elaboravam identidade e organizavam práticas para defender seus interesses e expressar suas vontades por meio de lutas. Portanto, o movimento estudantil, em constante transformação e formação, possibilitou que as jovens estudantes do IEG desenvolvessem uma postura em relação ao sistema político e exercessem o papel de cidadãs na esfera pública.

Ao longo da investigação, ficou evidente que a cultura sempre esteve presente na trajetória do movimento estudantil brasileiro, seja de forma visível e organizada, seja de forma mais latente. Desde os anos 1960, ela tem sido um espaço comunicacional e simbólico no qual os estudantes se apropriam para levantar suas bandeiras, questionar a sociedade, dialogar com o mundo e outros movimentos da sociedade civil.

Brotto (2009), em seus estudos sobre cultura política, explica que ela está relacionada à transmissão de valores políticos e à legitimação do funcionamento da instituição política. Assim, as participações das jovens foram influenciadas por valores, normas e atitudes próprias da cultura política da época, que moldaram comportamentos, direções e políticas na sociedade.

CRUZ, F. P. da; CAVALCANTE, C. V.

O fenômeno juvenil dos anos 1960 integrou duas dimensões importantes em sua identidade coletiva e na participação juvenil: cultura e política, pois os movimentos sociais articularam essas duas dimensões em suas práticas.

As manifestações dos movimentos juvenis propunham ação direta como intervenção, visando a uma democracia mais participativa e questionando a política. Nesse sentido, são consideradas práticas de uma cultura política dos movimentos sociais na qual a cultura se transforma radicalmente em elemento político, permitindo que os estudantes ressignifiquem sua militância pelo resgate político presente em sua própria produção cultural.

Artigo recebido em: 30/03/2024

Aprovado para publicação em: 24/07/2024

YOUNG STUDENTS OF IEG: MEMORIES OF WOMEN'S FORMATIVE EXPERIENCES IN THE STUDENT MOVEMENT FROM 1964 TO 1968

ABSTRACT: This article is derived from an interinstitutional research project called Centro Memória Viva and aims to reconstruct the memory of five female students through the Oral History method, using in-depth interviews, who participated in the Student Movement at the Instituto de Educação de Goiás (IEG) in Goiânia during the period from 1964 to 1968. The reflections are situated in the context of the relationship between memories in the process of reconstructing the remembrance of formative experiences of women in the student movement. Among the main results, the political and cultural mobilization of the young students stands out, enabling the exercise of the right to organization and political expression, the development of a critical stance towards the regime of the time, active citizenship in the public sphere defending collective interests, as well as the reinterpretation of student militancy through cultural production.

KEYWORDS: Female Students; Student Movement; IEG, 1964-1968.

JÓVENES ESTUDIANTES DEL IEG: MEMORIAS DE EXPERIENCIAS FORMATIVAS DE MUJERES EN EL MOVIMIENTO ESTUDIANTIL DURANTE EL PERÍODO DE 1964 A 1968

RESUMEN: Este artículo deriva de una investigación interinstitucional denominada Centro Memória Viva y tiene como objetivo reconstruir la memoria de cinco estudiantes mujeres, a través del método de Historia Oral mediante entrevistas en profundidad, que participaron en el Movimiento Estudiantil en el Instituto de Educación de Goiás (IEG), en Goiânia, durante el período de 1964 a 1968. Las reflexiones realizadas se insertan, teniendo en cuenta la relación entre memorias en el proceso de reconstrucción del recuerdo de experiencias formativas de mujeres en el movimiento estudiantil. Entre los principales resultados, se destacan la movilización política y cultural de las jóvenes estudiantes, posibilitando el ejercicio del derecho a la organización y manifestación política, el desarrollo de una postura crítica hacia el régimen de la época, la actuación ciudadana en la esfera pública en defensa de los intereses colectivos, así como la resignificación de la militancia estudiantil a través de la producción cultural.

PALABRAS CLAVE: Estudantes Mujeres; Movimento Estudantil; IEG, 1964-1968.

NOTAS

1 - O projeto Centro Memória Viva: Documentação e Referência em Educação de Jovens e Adultos, Educação Popular e Movimentos Sociais do Estado de Goiás, subprojeto do projeto mais abrangente o Centro Memória Viva que teve por foco a criação de um Centro de Memória, Documentação e Referência em Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Popular e Movimentos Sociais para a Região Centro Oeste. Instituições envolvidas: curso de Pedagogia e da Pós-graduação (stricto sensu) em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) e a Faculdade da Educação da UFG.

2 - O professor Pedro Wilson Guimarães militava, na década de 1960, como liderança dos movimentos secundarista e universitário; foi aluno do Lyceu de Goiana, do curso de Ciências Sociais e do curso de Direito na UFG.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRANCO, Jamile de Sales. **Movimentos Culturais e Juventude em Goiânia nas décadas de 60 e 70: utopia revolucionária no “coração do Brasil”**. 2008. 139p. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de Goiás, 2008.

BROTTO, Marcio Eduardo. Cultura Política: críticas, expressões e influências. **Revista Com Unigranrio**, Vol. 1, Nº 1, 2009.

CRUZ, José Adelson. Movimentos Sociais e Práticas Educativas. **Inter-Ação: Rev. Fac. Educ.** UFG, 29 (2): 175-185, jul./dez. 2004.

CUNHA, João Batista Coelho. **Educação, juventudes e participação política: os sentidos atribuídos pelos jovens à ocupação de escolas em Goiás entre 2015 e 2016**. 2019. 248 fls. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

DELA CÔRTE, Marcantônio. **O dia da mulher e os movimentos estudantis de 1968 - II**. Diário da Manhã: Goiânia, mar. p. 4, 2012.

DUARTE, Aldimar Jacinto. Aspectos históricos das representações sociais dos jovens pobres do Brasil. In: DUARTE Aldimar Jacinto; GUIMARÃES Maria Tereza (Orgs.). **Processos formativos de jovens na EJA em Goiás**. Goiânia: PUC Goiás, 2012.

CRUZ, F. P. da; CAVALCANTE, C. V.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo, Pioneira: Universidade de São Paulo, 1972.

GONÇALVES, Wagner. Ditadura militar de 64 intervém em Goiás. História de um herói anônimo na defesa dos estudantes e presos políticos. In: SOARES, Inês Virgínia Prado; KISHI Sandra Akemi Shimada (Coord.). **Memória e verdade: a justiça de transição no Estado democrático brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, p. 21-34, 2009.

GOHN, Maria da *Glória*. **Educação Não Formal e Cultura Política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

GROPPO, Luis Antonio. Novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. In: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luis Antonio. (Orgs.). **Movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018a. p. 85-117.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

MACHADO, Fernanda Quixabeira. **“Nós somos jovens”**: Um problema no presente e uma esperança de futuro na Cuiabá dos anos 1950 e 1960. 2006. 165p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Ciências Humanas e Sociais Departamento de História, Cuiabá. 2006.

MASCARENHAS, Ângela Cristina Belém. A educação para além da escola o caráter educativo dos movimentos sociais. In: PESSOA, Jadir de Moraes (org.). **Saberes de nós: ensaios de educação e movimentos sociais**. In: Goiânia: UCG, 2004.

NETO, Vitale Joanoni. **O movimento estudantil de 1964 a 1979: uma reflexão histórica sobre sua trajetória**. Mimesis, Bauru, 9 (1): 77- 109, 1988.

NASCIMENTO, Marcus Jary. **A participação política da juventude goiana no movimento estudantil universitário: a crise de um projeto social (1960/1985)**. 2002.138p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2002.

QUEIROZ, Edna Mendonça Oliveira de. Trabalho **Diurno/Escolarização Noturna: o cotidiano do jovem trabalhador**. 2001.145p. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Católica de Goiás, 2001.

SANTOS, Claitonei de Siqueira. **Veja o que a Veja fez: o jogo de ocultamento dos jovens nas manifestações de 1992**. 2020. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

FABIOLA PERES DA CRUZ: Doutoranda em Educação na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Bolsista – CAPES/FAPEG. Membro do grupo de Pesquisa Juventude e Educação – (PUC-GO). Professora na Rede Municipal de Educação nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia. Possui Mestrado em Educação e Graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-9355-655X>

E-mail: fabiolaperescruz@gmail.com

CLÁUDIA VALENTE CAVALCANTE: Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC Goiás. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Juventude e Educação. Graduação em Comunicação Social pela UFG, Letras e Pedagogia pela PUC Goiás.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9521-6784>

E-mail: clavalente@pucgoias.edu.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).